

# Milliet admite ir ao FMI.

## Junto com credores

**Nova Iorque** — O Brasil e os bancos credores estabeleceram ontem um calendário de negociações para as próximas três semanas, com o objetivo de se chegar a um acordo que dê três anos de tranquilidade ao país e aos credores, afirmou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, observando que os bancos consideram como "uma parte útil" num eventual acordo a possibilidade de transformar parte da dívida em bônus negociáveis.

Milliet afirmou também que se concordou com a realização de negociações com os credores oficiais, incluindo o Fundo Monetário Internacional de modo a repartir a carga da dívida.

Pela primeira vez, um representante do Brasil, que há tempos vinha negando a ida ao FMI, admitiu que, embora as negociações não tenham de se realizar antes das demais com os bancos credores, podem ter um princípio de simultaneidade. Na entrevista, Milliet explicou que isso introduz mais flexibilidade nas conversações.

### Princípios

O presidente do Banco Central frisou que os bancos não apresentaram nenhuma condição, mas apenas princípios gerais e querem dispor de mais dados sobre os planos econômicos do país e as projeções sobre as quais se baseiam as solicitações financeiras do Brasil.

É provável que na próxima semana representantes dos bancos credores já estejam no Brasil enquanto técnicos brasileiros se reunirão com os banqueiros para, em comissões de trabalho, desenvolver os estudos sobre cifras. Na semana a partir do dia 12, uma segunda-feira, haverá novas

reuniões com os bancos, possivelmente com a participação de Milliet ou do assessor para a dívida, Fernão Bracher. Na semana do dia 19, começarão as negociações com vistas a um acordo.

Milliet expressou otimismo quanto a um progresso nas conversações e disse não temer o dia 26 de outubro, data em que pelas leis norte-americanas, os créditos que os bancos do país tem no Brasil devem sofrer nova reclassificação negativa.

### Segurança

Segundo Milliet, o Brasil deseja um acordo que proporcione "tranquilidade e segurança" para todas as partes, de modo que não se tenha de apelar para "medidas desagradáveis" como suspender o pagamento de juros, a exemplo da moratória ainda em vigor decretada pelo governo José Sarney a 20 de fevereiro.

Indagado mais uma vez se o Brasil efetuará algum pagamento simbólico, Milliet respondeu que não, mas que todos os temas serão tratados nas negociações.

A respeito dos bônus que o Brasil propôs emitir para substituir parte da dívida, Milliet assinalou que embora os banqueiros não tenham assumido nenhum compromisso, afirmaram que pode ser parte útil no "menu das soluções".

Mas ele admitiu que pelo menos um banqueiro declarou ser o plano do Brasil uma idéia má. Milliet entretanto enfatizou que a opinião era de um único banqueiro.

Ele explicou que os bônus abrangeriam apenas uma parte mínima da dívida do Brasil e que poderiam ser uma "espécie de debêntures conversíveis", utilizáveis ainda para a capitalização da dívida.